

INFORMATIVO CADIP nº 23/2025

Material de interesse da Seção de Direito Público

segunda-feira, 31 de março de 2025

Notícias e links

DESTAQUE EPM

EPM realizará o Seminário "Semana da Saúde no Brasil" em abril (último dia de inscrição)

A ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA comunica que estão abertas as inscrições (sem necessidade de procedimento de matrícula) para o Seminário "Semana da Saúde no Brasil", sob a coordenação da Desembargadora Mônica de Almeida Magalhães Serrano e do Juiz de Direito Richard Pae Kim, a ser realizado no dia 02 de abril de 2025, das 9h às 16h, pela plataforma Microsoft Teams. As [inscrições](#) estão abertas até o dia 31 de março. Os inscritos serão matriculados automaticamente, respeitado o número de vagas. Mais informações no [edital](#).

31/03/2025

STF

1. STF valida limites para dedução de despesas com educação na declaração de IR

Por unanimidade de votos, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou válido o limite para dedução de gastos com educação na declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) dos anos calendário de 2012, 2013 e 2014. O limite, previsto na legislação que fixa os valores da tabela do IR, foi contestado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4927, de relatoria do ministro Luiz Fux.

31/03/2025

2. STF invalida trecho de lei goiana sobre compartilhamento da infraestrutura de energia elétrica

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional parte de lei do Estado de Goiás que trata do compartilhamento de infraestrutura na exploração dos serviços públicos de energia elétrica. A decisão foi tomada no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7722, na sessão virtual finalizada em 21/3.

28/03/2025

3. Comissão discute aprimoramentos à proposta de alteração da Lei do Marco Temporal

A comissão especial do Supremo Tribunal Federal (STF) que discute a Lei do Marco Temporal (Lei 14.701/23) para demarcação de terras indígenas se reuniu nesta quinta-feira (27) para debater sugestões de aprimoramento ao anteprojeto de lei apresentado pelo gabinete do ministro Gilmar Mendes.

27/03/2025

4. Informativo STF nº 1170/2025

31/03/2025

STJ

5. Ministro Luis Felipe Salomão comenta pontos relevantes da proposta de reforma do Código Civil

*O vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Luis Felipe Salomão, presidiu, em 2023 e 2024, a comissão de juristas responsável por elaborar o anteprojeto de atualização do Código Civil. O trabalho da comissão é exposto em detalhes no livro *A Reforma do Código Civil*, a ser lançado nesta terça-feira (1º), a partir das 19h30, no Salão Negro do Congresso Nacional.*

31/03/2025

6. Repetitivo define que IPTU é obrigação do devedor fiduciante até o banco ser imitado na posse do imóvel

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), sob o rito dos recursos repetitivos ([Tema 1.158](#)), fixou a tese de que "o credor fiduciário, antes da consolidação da propriedade e da imissão na posse do imóvel objeto da alienação fiduciária, não pode ser considerado sujeito passivo do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), uma vez que não se enquadra em nenhuma das hipóteses previstas no [artigo 34 do Código Tributário Nacional \(CTN\)](#)".

31/03/2025

7. STJ afasta suspensão de recursos extraordinários que discutem honorários em causas de alto valor entre particulares

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que não devem permanecer sobrestados os recursos extraordinários que discutem a fixação de honorários sucumbenciais por equidade quando a causa tem alto valor econômico e envolve apenas particulares.

28/03/2025

CNJ

8. CNJ lança capacitação do Domicílio Judicial Eletrônico para entidades públicas

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) disponibilizou treinamento gratuito para representantes de órgãos públicos sobre o Domicílio Judicial Eletrônico, ferramenta que centraliza as comunicações processuais enviadas pelos tribunais brasileiros.

28/03/2025

9. Ações para populações vulneráveis serão foco da Semana Nacional da Saúde

As mulheres indígenas da Ilha do Bananal (TO) serão o foco da 1.ª Semana Nacional de Saúde, que acontece entre os dias 7 e 11 de abril. Coordenada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde (Fonajus), a ação também acontecerá nos estados, com ações voltadas às populações vulnerabilizadas.

27/03/2025

TJSP

10. TJSP inicia hoje a implementação do eproc

O dia de hoje marca o início de uma nova era no Tribunal de Justiça de São Paulo: a chegada do sistema judicial eproc. A implementação começará nesta segunda-feira (31), pelas varas de competência do Juizado Especial Cível (JEC) dos Foros Regionais do Butantã e Tatuapé, bem como o Colégio Recursal (turmas cíveis) e o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) do Butantã. Para mais informações, acesse o Comunicado Conjunto nº 200/25, publicado na edição de ontem (27) do Diário da Justiça Eletrônico (DJE).

31/03/2025

11. Concessionária de rodovia é responsabilizada por queda de ciclistas na via

A 9ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo manteve decisão da 4ª Vara Cível de Santos, proferida pelo juiz Frederico dos Santos Messias, que condenou concessionária de rodovia a indenizar duas ciclistas após queda na via. A indenização por danos morais foi fixada em R\$ 20 mil, sendo R\$ 10 mil para cada autora. O colegiado manteve afastado o pedido de reparação por danos materiais pela ausência de comprovação de despesas com tratamentos médicos e outros gastos.

30/03/2025

12. EPM abre vagas para o curso "Introdução aos direitos humanos, violência doméstica, gênero e relações étnico-raciais para profissionais da educação"

A Escola Paulista da Magistratura (EPM), em parceria com a Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp), promove, de 4 de abril a 24 de outubro, o curso Introdução aos direitos humanos, violência doméstica, gênero e relações étnico-raciais para profissionais da educação, sob a coordenação das desembargadoras Flora Maria Nesi Tossi Silva e Marcia Lourenço Monassi e dos juizes Rafaela Caldeira Gonçalves, Teresa Cristina Cabral Santana e Wendell Lopes Barbosa de Souza.

27/03/2025

CONJUR

13. Honorários têm preferência sobre crédito tributário, decide Supremo

O pagamento de honorários advocatícios tem preferência sobre o crédito tributário. Foi o que decidiu o Plenário do Supremo Tribunal Federal em julgamento virtual encerrado na última sexta-feira (28/3). O caso tem repercussão geral, ou seja, as demais instâncias da Justiça deverão seguir a tese estabelecida.

31/03/2025

14. Reparação de dano ambiental não prescreve, mesmo se convertida em indenização

O direito de execução de reparação de dano ambiental não prescreve, mesmo se a obrigação for convertida em indenização. Essa tese foi estabelecida pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal em julgamento virtual encerrado na última sexta-feira (28/3).

31/03/2025

15. Fim do Perse viola segurança jurídica e anterioridades, dizem tributaristas

A Receita Federal oficializou na última segunda-feira (24/3) o fim do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), que atingiu o teto de renúncia fiscal de R\$ 15 bilhões. Embora esse limite esteja previsto na Lei 14.859/2024, tributaristas ouvidos pela revista eletrônica Consultor Jurídico consideram que o encerramento do benefício viola a segurança jurídica e os princípios da anterioridade.

31/03/2025

16. STJ manda demolir banheiro de 4m² construído em área de proteção ambiental

O fato de uma área de proteção ambiental ter sido há muito tempo modificada pela ação do homem não basta para legalizar uma conduta ambientalmente ilícita, ainda que ela se resuma à construção de um banheiro em apenas 4m², concluída há 28 anos.

31/03/2025

17. STF erra por último: guarda municipal não é polícia

Este artigo visa a analisar a equivocada interpretação do parágrafo 8º, do artigo 144 da Constituição, exarada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) ao julgar, em 20 de fevereiro de 2025, o Recurso Extraordinário (RE) 608.588, com repercussão geral (Tema 656). Além disso, discutiremos brevemente a inadequada proposta de criação de uma Força de Segurança Municipal pela Prefeitura do Rio de Janeiro [1].

Luiz Gabriel de Oliveira e Silva Cury

31/03/2025

18. Aplicação do artigo 23-B da Lei de Improbidade e jurisprudência defensiva dos tribunais

Embora se trate de novo diploma, sedimentou-se nos tribunais a interpretação no sentido de que o disposto no artigo 23-B da Lei nº 14.230/21 [1] não se aplicaria em favor do réu, mas apenas aos autores de ações de improbidade administrativa.

Diogo Abineder Ferreira Nolasco Pereira

30/03/2025

19. Tirar camisinha sem consentimento justifica aborto legal, decide juíza

A juíza Luiza Barros Rozas Verotti, da 13ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo, determinou em liminar que o Hospital da Mulher faça o aborto legal em casos de gravidez decorrente da retirada não consentida do preservativo durante a relação sexual, prática que é conhecida como stealthing.

29/03/2025

20. Estados não podem proibir planos de saúde de limitar consultas a pessoa com autismo

Os estados não têm competência para, por meio de lei estadual, interferir nas obrigações estabelecidas entre os planos de saúde e seus contratantes, mesmo que em favor de pessoa com autismo.

29/03/2025

21. Suspensão de liminar não é recurso adequado para avaliar mérito de decisão

A suspensão de liminar e de sentença (SLS) não é o tipo de recurso adequado para avaliação do mérito de uma decisão judicial, cabendo seu uso somente para garantir a suspensão de ordem com efeitos comprovadamente danosos ao interesse público.

29/03/2025

22. STF aumenta prazo para que prefeitura paulista reestruture cargos

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Luís Roberto Barroso, suspendeu os efeitos de uma decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo e estabeleceu prazo de até 12 meses para que o município de São José dos Campos (SP) reestruture seu quadro de pessoal, substituindo diversos cargos em comissão declarados inconstitucionais. Na análise de uma suspensão de liminar, o magistrado concluiu que há risco de grave lesão à ordem pública e de impactos ao funcionamento da máquina pública.

29/03/2025

23. Vista interrompe julgamento do STF sobre lei que obriga bíblia em bibliotecas

Um pedido de vista do ministro Flávio Dino interrompeu o julgamento do Supremo Tribunal Federal sobre a constitucionalidade de uma lei do Rio Grande do Norte que obriga a inclusão da bíblia no acervo de bibliotecas públicas estaduais.

29/03/2025

24. REsp nº 1.949.182/SP e Tema 1.158 do STJ

A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, em julgamento do REsp nº 1.949.182/SP submetido ao rito dos recursos especiais repetitivos com repercussão geral, acolheu o previsto na Lei Federal nº 9.514/97, no §2º do artigo 23¹ — recentemente incluído pela Lei Federal nº 14.620/2023 — e no §8º do artigo 27². Além disso, foi reconhecida a inexistência de responsabilidade tributária solidária e de legitimidade passiva do credor fiduciário de tributos incidentes sobre o imóvel alienado fiduciariamente antes da consolidação da propriedade e imissão na posse.

João Zambo Joma e Sérgio Barbosa da Silva Filho

29/03/2025

25. STF vai reiniciar análise sobre reforma de militares por diagnóstico de HIV

Mesmo após o Plenário do Supremo Tribunal Federal formar maioria para limitar o direito de militares diagnosticados com HIV à reforma por invalidez aos casos de incapacidade confirmados por junta superior de saúde, um pedido de destaque do relator, ministro Alexandre de Moraes, interrompeu o julgamento virtual nesta sexta-feira (28/3). Com isso, a análise do caso será reiniciada em sessão presencial sem data definida.

28/03/2025

26. STF suspende análise de exigências de lei complementar em SP para diversos temas

Um pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes interrompeu nesta sexta-feira (28/3) o julgamento em que o Plenário do Supremo Tribunal Federal avalia se a Constituição de São Paulo pode exigir lei complementar como via de regulamentação de diversos temas para os quais isso não é um requisito previsto na Constituição Federal. A sessão virtual havia começado poucos minutos antes da suspensão da análise.

28/03/2025

27. 'Mergulho de preços' em licitações públicas: implicações de seleção adversa e moral hazard

As licitações públicas, como instrumentos de contratação de bens e serviços pelo Estado, desempenham um papel crucial na gestão eficiente dos recursos públicos e na garantia da qualidade dos serviços prestados à sociedade. No entanto, a busca por preços mais baixos, elemento central em muitos modelos licitatórios, pode levar a um fenômeno conhecido como "mergulho de preços" (ou "dumping" em licitações), caracterizado por propostas que se situam significativamente abaixo dos custos de produção e dos preços praticados no mercado.

Flávio Germano de Sena Teixeira Júnior

28/03/2025

28. Isenção de IR até R\$ 5.000: atecniais em busca de maior justiça tributária

Na última semana, o governo federal apresentou ao país o PL 1.087/2025. O seu objetivo principal é aumentar a faixa de isenção do imposto de renda de pessoas físicas (IRPF), de modo a abarcar todos aqueles contribuintes com rendimentos inferiores a R\$ 5.000 mensais. No intervalo compreendido entre o novo limite e o montante de R\$ 7.000,00, o benefício é diminuído até que chegue a zero. Acima desse valor, não haverá qualquer redução no imposto devido.

Misabel Derzi e Fernando Moura

28/03/2025

29. Como educar algoritmos para promover a igualdade de gênero

O ser humano é essencialmente um contador de histórias. É razoável afirmar que sobrevivemos até hoje graças a essas narrativas que nos são transmitidas de geração a geração. A prática de contar histórias desempenha um papel crucial na educação. Contar histórias é educar.

Adriana Sforcini Lavrik Esper

27/03/2025

30. Eclipse da racionalidade dos precedentes: incoerência e desproporcionalidade no direito à saúde

A metáfora invocada por Max Horkheimer em seu livro Eclipse da Razão para descrever a decadência da razão crítica em meio à burocratização da vida moderna serve como um alerta contemporâneo para o cenário jurisprudencial que vem se desenhando nos tribunais superiores, em especial no Supremo Tribunal Federal em matéria de direito à saúde.

Renzo Giacomo Ronchi

27/03/2025

31. Reforma Tributária 16: A Tributação sobre Imóveis

Um dos temas que mais preocupou a todos foi a incidência do IBS/CBS sobre operações que envolvem bens imóveis. De acordo com o art. 4º: "O IBS e a CBS incidem sobre operações onerosas com bens ou serviços".

Rosa Freitas

31/03/2025

32. União deve fornecer remédio de osteoporose a servidora pública

O juiz Federal substituto Francisco Valle Brum, do JEC adjunto à 21ª vara Federal do DF, determinou que o Plan-Assiste, plano de saúde vinculado ao MPU, forneça o medicamento Prolia (denosumabe) a servidora pública diagnosticada com osteoporose pós-menopáusia.

29/03/2025

33. STF valida lei que isenta pedágio para pessoas com deficiência

No plenário virtual, por unanimidade, o STF declarou a constitucionalidade parcial da lei 7.436/02, do Espírito Santo, que isenta veículos de pessoas com deficiência do pagamento de pedágio em rodovias estaduais. Para o relator do caso, ministro Nunes Marques, a norma assegura maior efetividade aos direitos fundamentais das pessoas com deficiência.

28/03/2025

34. Inteligência artificial. IAgora?

No início de fevereiro, o STJ apresentou sua nova inteligência artificial, denominada "STJ Logos", que oferecerá suporte direto aos gabinetes dos ministros para acelerar a produção de decisões e análise de documentos.

Artur Bahia

28/03/2025



O CADIP está no Telegram



Visite a página do CADIP